

Introdução

As ideias contidas neste livro foram desenvolvidas ao longo de vários anos de pesquisa sobre as condições de mobilidade e integração de indivíduos originários dos PALOP. A observação directa e as entrevistas realizadas em Portugal, entre 2002 e 2007, sugeriram a relevância do capital social, enquanto objecto teórico e interpretativo das condições da integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa. No projecto migratório dos indivíduos e das suas famílias, o tema do trabalho surge como um tema central que organiza as redes de solidariedade étnicas e familiares garantindo o apoio à integração, em particular dos mais jovens. Esta questão revela-se importante de uma forma particular quando as leis e/ou as dinâmicas económicas do país de acolhimento não garantem um fácil acesso aos recursos, no mercado de trabalho formal. Quais são, então, as características das redes que se organizam em torno da solidariedade, que permitem aos indivíduos e suas famílias levar avante o projecto migratório? Em suma, qual é a natureza do capital social e a sua utilidade na resolução da questão central, do acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens de origem africana em Portugal? A crescente evidência de que as interacções sociais e económicas das pessoas são grandemente influenciadas pelo capital social indica a utilidade deste conceito na

identificação da confiança, normas cívicas e outros factores que, a nível macro, são consideradas condições-chave para o desenvolvimento económico (Knack e Keefer 1997). Análises comparativas, entre países, identificam o capital social como um factor importante de um ponto de vista económico (La Porta 1997), quer pelos países de origem dos indivíduos, quer pelos países de chegada. O significado genérico deste conceito alude às normas de reciprocidade, recurso a propriedades comuns e outros vínculos que permitem a acção social das instituições. O valor das reciprocidades provém do nível de interacção entre as pessoas, exprimindo-se a nível do valor colectivo do apoio mútuo, na confiança, na reciprocidade e na informação que produzem um valor para os que partilham uma pertença comum.

O estudo aqui apresentado sobre o papel que as redes de capital social desempenham na integração de jovens de origem africana em Portugal é organizado em torno dos dados recolhidos através de um questionário aplicado em 2006, no âmbito do projecto «Capital social e jovens originários dos PALOP»¹ a 400 jovens de origem cabo-verdiana e angolana na área da Grande Lisboa.

Após uma reflexão metodológica sobre o fazer pesquisa em contextos de imigração, que inclui o período do trabalho de campo e da observação directa de indivíduos originários de PALOP, em vários lugares de chegada, apresentam-se, nos capítulos que se seguem, alguns dos resultados mais significativos do inquérito que sugerem pistas para este debate.² Estas reflexões devem ser consideradas um alicerce incontornável para a adaptação do questionário ao contexto e à especificidade de cada grupo étnico inquirido, assim como para a análise dos resultados. E isto

¹ O projecto (ICS-UL n.º 429/2006), coordenado por mim, é inserido na linha temática «Redes sociais, desigualdades e sociedade civil» (LT4) do laboratório Associado ICS-UL.

² O assunto de alguns dos capítulos corresponde a conteúdos que já foram publicados anteriormente, por vezes em forma de artigos, por outras, em actas de encontros científicos nacionais e internacionais.

porque é indubitável que a natureza das dinâmicas de confiança e solidariedade, que estruturam o capital social, como aquelas que se pretende captar com as perguntas organizadas no questionário, impedem a sua medição, através de instrumentos exclusivamente quantitativos e estatísticos, sendo passíveis de melhor análise com o recurso a métodos qualitativos. Acredita-se, contudo, que este tipo de instrumento, além da sua importância heurística, revestir-se-ia de uma grande importância como complemento de informação nos inquéritos nacionais às famílias e aos padrões de vida do Portugal contemporâneo, por permitir abranger todos os actores sociais que nele vivem, trabalham e contribuem para o desenvolvimento do país, independentemente da sua origem e proveniência.

Nos próximos capítulos, a seguir uma descrição das características principais da imigração cabo-verdiana e angolana em Portugal, apresenta-se uma descrição das características socioeconómicas do grupo inquirido (capítulo 1), uma discussão dos conceitos de capital social e de redes (capítulo 2), onde se questiona como a solidariedade e a confiança são reinterpretadas pela sociedade globalizada, e são analisados os dados sobre o associativismo voluntário formal e informal. O capítulo 3 trata, de forma específica, das redes de apoio para o acesso ao mercado de trabalho, dos jovens inquiridos, e, finalmente, o capítulo 4 explora as diferentes maneiras de os jovens inquiridos organizarem a sua sociabilidade, tendo em conta a gestão das múltiplas identidades das quais são portadores, assim como as condicionantes da sua inclusão social.

Reflexão metodológica

Em Janeiro de 2003 inicia-se o meu trabalho de campo junto da população de origem cabo-verdiana em Portugal.³ Desde

³ Esta primeira fase de recolha de dados foi organizada entre 2003 e 2006 no âmbito do projecto «Cabo Verde pelo mundo» (ICS-UL n.º 192/2003).

logo, tornou-se evidente a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre as questões metodológicas subjacentes à observação directa e à recolha de dados num contexto que aparecia culturalmente inscrito, ao mesmo tempo, na Europa e em África.

A metodologia de recolha dos dados tem vindo a diversificar-se, ao longo dos anos de pesquisa, em função do conhecimento acumulado, dos estímulos sugeridos pelo terreno e dos objectivos dos projectos. Assim, a primeira abordagem das entrevistas e a observação directa das dinâmicas de sociabilidade nos bairros marcados por grande presença de pessoas originárias de Cabo Verde tornaram possível a elaboração de histórias de vida.⁴ Mais tarde, a recolha de dados seria alargada a indivíduos fora dos bairros de «imigração», para, finalmente, ao longo do ano de 2006, se proceder à aplicação de um inquérito por questionário, quando a informação, recolhida através das entrevistas, retornava com um grau de saturação susceptível de ser agrupada, em dimensões-chave, e elaborada em quadros e tabelas de mais fácil leitura e comparação que permitiria obter alguma informação estatística sobre os jovens de origem cabo-verdiana, numa forma susceptível de ser comparada com outras comunidades.

O grupo escolhido para aplicar o inquérito – jovens entre 18 e 30 anos de idade – emergiu do terreno como a categoria mais indicada para analisar as mudanças ligadas às questões de integração social e laboral em Portugal.

O conhecimento informado adquirido em outros projectos nos países de origem dos jovens revelou-se uma ferramenta es-

⁴ Foram elaboradas vinte e cinco histórias de vida em Lisboa e dezasseis em Roma. Onze entrevistas realizadas durante o trabalho de campo em Pawtucket (EUA) tiveram um carácter meramente exploratório e por isso não são suficientes para a elaboração de histórias de vida. Contudo, como teria apreciado mais tarde, esta informação tornar-se-á muito eficaz em termos comparativos na discussão de questões transversais ao movimento da diáspora. Para uma sistematização da comparação numa perspectiva de género, ver Grassi (2007a; introdução e capítulo 1). Sobre a questão específica do associativismo, em termos comparativos, ver Grassi e Melo (2007). Sobre as actividades informais e ilegais, ver Grassi (2006).

sencial para uma compreensão aprofundada das práticas sociais que se vinham observando. Trabalhar em contextos migratórios, com uma bagagem de trabalho de campo nos países de origem dos indivíduos, torna esta «África» mais próxima, embora torne mais difícil a utilização do acaso (que se tinha revelado um elemento precioso do trabalho de campo em Angola e Cabo Verde, em trabalhos anteriores) como um fenómeno criativo.

Seguir os percursos migratórios dos indivíduos de origem cabo-verdiana em Portugal, ou noutros países da diáspora, realça o carácter global das migrações contemporâneas. Os homens e as mulheres de origem cabo-verdiana organizam-se em redes *sociais* (Rogers e Vertovec 1995; Portes 1995; Castells 2000; Mitchell 1974) que se tornam o lugar analítico privilegiado para a observação das novas lógicas organizacionais da actividade humana e do trabalho, bem como para a operacionalização de conceitos. Esta categoria analítica resulta ainda mais eficaz quando se utilizam as histórias de vida, que permitem explorar melhor a individualidade dentro das redes (Massey 1997; Dicken *et al.* 2001; Emirbayer e Goodwin 1994). A elaboração de histórias de vida tem uma lógica epistemológica, que está relacionada com o facto de os contextos migratórios de chegada serem lugares de reformulação identitária e de trocas simbólicas e culturais, e revelam-se como autênticas traduções individuais da complexidade social e cultural, de que as pessoas fazem parte (Mitchell 1974). Esta complexidade não seria, portanto, exaustivamente analisada recorrendo-se à categoria de análise rede social, de forma determinista, através da recolha exclusiva de dados matemáticos sofisticados, séries e gráficos (Wasserman e Faust 1994).

As redes de cabo-verdianos pelo mundo são sobretudo redes familiares, que obedecem a um conceito de família mais alargado que o conceito europeu de família nuclear e que leva a maioria dos autores a falarem de «comunidade no exterior». Os laços sanguíneos na diáspora nem sempre são os mais importantes pela gestão da solidariedade e da entreaajuda. Além disso, como foi

referido em outros trabalhos e de acordo com muitos autores, a matrifocalidade da estrutura familiar cabo-verdiana (Meintel 1984, 112; Couto 2001, 105; Grassi 2003, 163) influencia as dinâmicas económicas e as suas formas.⁵

Para Cabo Verde, a emigração é um fenómeno estrutural com grandes implicações identitárias. A diáspora cabo-verdiana constitui um elemento importante da construção e manutenção da identidade nacional e do processo de reinvenção da nação. Esta condição de movimento pelo mundo, inscrita na história de Cabo Verde, é o motivo do largo consenso que existe quando se considera o estudo da diáspora cabo-verdiana como um lugar teórico privilegiado para reflectir as questões da contemporaneidade, ligadas aos movimentos migratórios recentes, que remodelam e reformulam as condições de existência do homem no planeta.

O tema da migração, no interior da economia e da sociologia económica, é normalmente tratado a nível macro, no sentido de ter em conta a relação de causa/efeito entre a divisão internacional do trabalho e os fluxos migratórios, que alguns autores situam no contexto do actual ciclo liberalista (Gambino 2003, 36-100). Os fluxos migratórios, que a divisão internacional do trabalho provoca, levam a situar a centralidade da questão no direito de cidadania universal em defesa dos indivíduos, uma vez que os direitos individuais são ofendidos, cada vez que se começa a falar de «nós» e dos «outros» e sempre que se classificam os migrantes segundo critérios – étnicos, religiosos ou geográficos – que acabam por engendrar exclusão.

É assim que os comportamentos individuais que se observam dentro das redes parecem explicar-se melhor, tendo em conta a questão central dos direitos de cidadania e dos direitos humanos em geral.

⁵ Sobre a questão da influência das relações sociais sobre o comportamento económico, ver em particular Leibenstein (1968); Polany (1957); Granovetter (1985 e 1992; Portes 1995). Sobre a mesma questão, com particular enfoque nas relações de género no comércio informal em Cabo Verde, ver Grassi (2003).

Interpretação e método etnográfico

O facto de trabalhar em microuniversos de migração e em terrenos que promovem uma posição comparativa com o percurso pessoal do investigador – por sua vez em Portugal e oriunda de um país europeu – acabou por provocar alguma dificuldade emocional – em relação ao objecto de estudo – que se tornará parte integrante da reflexão metodológica.⁶

Nestas condições, surgiram durante o trabalho de campo, e nos três contextos, várias dúvidas metodológicas e muitas questões merecedoras de reflexão.

A primeira prende-se com a necessidade de ordenação conceptual da realidade empírica, relacionando os conceitos com o contexto, encarando este último como sendo um produto histórico de uma certa cultura e não de outras. Além disso, a percepção de que as questões de identidade, de ética e oportunidade só podem ser entendidas no seu valor heurístico deve ter em conta que os objectos não são objectivos, mas o resultado de construções sociais que importam pelo sentido que se lhes atribui.

A questão complexifica-se quando se analisam as dinâmicas em função das identidades, uma vez que, em contextos de diáspora, elas se sobrepõem uma à outra e torna-se difícil avaliar um comportamento, uma atitude, perante as diferenças, sejam elas físicas, culturais ou simbólicas.

A exploração etnográfica, desenvolvida durante o trabalho de campo em Lisboa, traduziu-se numa resistência a «situar-se entre

⁶ A condição de «imigrante» que partilho com os meus informantes de origem africana mostra as limitações analíticas desta categoria de análise, que pode abranger situações muito diferentes, quando se considerem as condições socio-económicas dos indivíduos que se movimentam. É assim que o conteúdo das notas que se seguem tem o único objectivo de dar um contributo – baseado na própria experiência – para a percepção da gestão das identidades múltiplas que qualquer processo migratório proporciona, de forma transversal às categorias sociais e económicas dos indivíduos e às suas expectativas.

eles» (Geertz 1978, 23), percebida com a consciência de que não se tem nada a ver com este «mundo». A análise émica tornou-se assim extremamente difícil. A descrição do sistema simbólico dos outros e o entrar na maneira como os indivíduos se descrevem a si mesmos tornava-se, por vezes, quase psicanálise. No trabalho etnográfico em terrenos africanos, os sistemas simbólicos que surgem podem ser interpretados e, ao mesmo tempo, vividos apaixonadamente. Em terrenos migratórios, se o investigador é ele mesmo originário de outro país, pode tornar-se difícil sistematizar a informação, aceitar as contradições que surgem pelo encontro entre culturas nas atitudes mais banais.⁷ A maioria das vezes, as diferenças culturais parecem emergir perante atitudes, opiniões e posições que não são percebidas e descodificadas de forma imediata e suscitam desconfiança, tornando visível a diferença e ligando-a directamente ao conflito.

A circunstância de o investigador partilhar a condição genérica de «imigrante» manifesta-se sobretudo na ausência de automatismos interpretativos, os quais raramente coincidem com análises feitas por quem não partilha esta condição. A complexidade da categoria «imigrante» aparece na diversidade do «sentir comum», que também raramente coincide com os indivíduos de origem cabo-verdiana, ou angolana, objecto de observação. Tudo indica a necessidade de reflexão sobre os próprios métodos de produção científica na área das migrações, onde as ideias e as opiniões acabam por ter um significado incerto em relação às diferentes sensibilidades identitárias de quem conduz a pesquisa.

O trabalho etnográfico em três países de chegada da diáspora cabo-verdiana (Portugal, Itália e EUA) realizou-se de formas

⁷ O acto de comprar *banana-pão* (espécie de banana, alimento-base da alimentação em regiões tropicais, muito apreciada em São Tomé e Angola, que se costuma assar ou fritar e acompanha pratos de peixe ou de carne) na Cova da Moura provocou atitudes de desconfiança, que levaram uma vendedora de rua a comentar: «É verdade que esta é melhor para assar, mas esteja cuidada a comer porque branco fica doente...»

diferentes e sobretudo com intensidade diversa nos três lugares. Percebe-se assim que os resultados das entrevistas mudem quando se muda de lugar, e não só porque cada lugar tem a sua própria história e a sua própria geografia, mas, neste caso, sobretudo devido à ligação que existe entre ele e o observador. O espaço geográfico surge como um lugar onde nada surge como evidente, porque «eu estou aqui, mas não sou daqui, eu sou como eles, mas não sou um deles»⁸. Esta consciência da alteridade terá então tornado possível uma investigação participante? (Pina Cabral 1986, 328.) E, apesar dos aspectos positivos que este autor sublinha existirem nos casos em que o etnógrafo trabalhe na «sua própria sociedade», o que acontece neste caso, isto é, quando esta última se torna difícil de definir? A consciência da alteridade estende-se aos colegas académicos que fazem trabalhos de campo em Lisboa sobre o mesmo tema e com os quais são procuradas identificações. Descobrir-se-iam limitações análogas, no trabalho de campo em Roma, devido à grande proximidade afectiva e cultural com este contexto, todavia longe de ser vivido, de forma presencial, há vários anos. Como se existisse um «não lugar» identitário para as pessoas que experienciam a migração por períodos significantes das próprias vidas.

A sensação de que a condição individual do investigador está também em causa obriga a abordar o tema das migrações e do multiculturalismo no seu significado incerto e nas suas implicações éticas. O investigador como um elemento activo para a produção do conhecimento pode ser utilizado, não só a nível do discurso, mas também a nível da acção. A maneira como o investigador lida com o contexto e a relação que se estabelece com os informantes passam pela aprendizagem de coisas que quase sempre os entrevistados não exprimem de uma forma imediatamente reconhecível. O relativismo metodológico, isto é, a presunção de um mundo que se movimenta de maneira diferente de outros, não se deve transformar em relativismo epistemológico, mas assentar

⁸ Excerto das notas de campo registadas em Junho de 2004.

antes na caridade interpretativa, com a qual é necessário procurar o sentido das coisas, admitindo, ao mesmo tempo, que, às vezes, as informações recebidas podem, a nível do discurso, não ser verdadeiras (Pina Cabral 2003).

É assim que a proximidade afectiva do investigador com os contextos aparece em toda a sua importância ética, no respeito que se deve às pessoas que se entrevistam e – uma vez que o investigador também está em causa – na importância de assumir a hegemonia deste processo (de recolha de dados), com deontologia profissional. Por outro lado – e as notas de campo revelaram-se, neste sentido, um precioso instrumento metodológico –, existe a consciência de que não é possível evitar uma certa forma de cinismo na redacção dos dados etnográficos, uma vez que, devido a esta proximidade, torna-se mais difícil cortar o laço com o Outro e ser capaz de se distanciar. O cinismo de que aqui se fala tem a ver também com a consciência de que existe uma vantagem objectiva no facto de ser aceite de maneira diferente, nos diferentes contextos, que se manifesta em termos de uma maior capacidade de um olhar múltiplo. É uma espécie de tradução teórica, que se prende com a identidade do investigador, aquela que ele reconhece como tal e aquela que os informantes lhe atribuem, e que deve ser tida em conta na interpretação da informação recolhida.

A opção de entrevistar o mesmo informante em contextos diferentes (de residência, de origem, de memória histórica) mostrou a dificuldade que se instaura quando o informante não consegue atribuir facilmente uma identidade de função ao entrevistador. Se por um lado o investigador não deixa nunca de ser um «estrangeiro» (Iturra 1986, 155), por outro, surgiram dúvidas sobre o tipo de estrangeiro que os informantes tinham pela frente. Um exemplo paradigmático desta complexidade foi o caso de uma informante de origem cabo-verdiana entrevistada na Itália, onde reside, em Cabo Verde, onde nasceu, e em Portugal, onde tem a maior parte da sua família. As entrevistas realizaram-se ao longo do ano de 2004 e houve casos em que a presença do investigador foi mesmo percebida como sendo um abu-

so, no sentido de estar a romper categorias construídas durante muito tempo, sem ter o direito de fazê-lo.⁹ Houve dificuldade em perceber o quão a informação referida correspondia ou não à verdade, ao passo que a compreensão da relação de poder, para com os informantes (Metcalf 2002, 3), estava aqui acrescida da proximidade do objecto de estudo, viciada pela maneira de estarmos juntos, que já está estabelecida e obedece a regras bastante rígidas interiorizadas de uma forma profunda: *eles mentem, nós mentimos* (*idem*, 16), de um modo às vezes cerimonioso.

O trabalho etnográfico é o lugar certo para, de um ponto de vista ético, questionar os limites da caridade e aqueles do cinismo, resistindo, ao mesmo tempo, um pouco à apropriação que os informantes querem fazer do investigador, fechando-o num grupo do qual se torna difícil sair. Por outro lado, o etnocentrismo que, quer em Lisboa, quer em Roma, se revelou durante o trabalho de campo como um mecanismo espontâneo de defesa, em relação à própria cultura de origem – aquela que se imagina ter de ser tal –, está sempre presente, quer no entrevistador, quer no entrevistado, embora nem sempre facilmente detectável, a nível do discurso.

A consciência da minha condição de estrangeira em Portugal será uma sensação que acompanhará todo o trabalho de terreno, tal como se tornará familiar – por tê-la sentido na pele – a dor do «choque de culturas» que, de acordo com alguns autores, está na base da visão antropológica da sociedade (Pina Cabral 1986, 334).

⁹ O problema maior, na opinião da testemunha, era a dificuldade de me enquadrar numa categoria clara, em termos de nacionalidade, que ela identificava com a língua do país de origem. Acabei por me incompatibilizar com a informante pela agressividade com a qual fui tratada, quando, nas suas palavras, eu me «atrevi a falar com ela em italiano» – minha língua-mãe – em Roma, apesar de esta língua ter sido o meio de comunicação que tínhamos adoptado, por ser o que ela tinha sugerido – quer em Lisboa, quer em Cabo Verde. A seguir a este episódio a informante passou a exigir um relacionamento mercantilista que obrigou ao afastamento.

Então, o questionamento sobre a oportunidade metodológica do método etnográfico reveste-se de significados pessoais que, durante um período do trabalho de campo, ameaçam a disponibilidade em persistir no mesmo que, afinal, é um desafio, uma ruptura epistemológica em relação a outros métodos, mais familiares, por formação académica. Superar a vontade de refúgio em métodos menos envolventes tornar-se-á uma parte integrante do trabalho de campo e do processo de construção do objecto de estudo.

Os lugares de observação

O trabalho de campo começou em Lisboa, no Bairro da Cova da Moura. O bairro constitui um lugar de grande densidade migratória de pessoas de origem cabo-verdiana que não tem um seu homólogo em Roma,¹⁰ outro lugar de observação da diáspora cabo-verdiana. Quanto aos EUA, o trabalho de campo foi efectuado em Pawtucket, uma cidade contígua a Providence, em Rhode Island. Aqui existe uma comunidade cabo-verdiana

¹⁰ O número de «imigrantes» cabo-verdianos em Itália também difere, de acordo com a fonte estatística a que se recorre. A informação, veiculada por parte do Instituto das Comunidades de Cabo Verde, dados de 1998, aponta para um número de 10 000 cabo-verdianos a residir em Itália, com a capital a acolher a cifra mais elevada, nomeadamente, 7000 cidadãos de Cabo Verde. A restante população reside em áreas como Nápoles, Palermo ou Génova, respectivamente, 1200, 800 ou 600 habitantes. É de assinalar que as ilhas de origem destes imigrados em Itália são: São Nicolau, Santo Antão, São Vicente, Sal e Boavista. (Instituto das Comunidades 1998). Contudo, quando se recorre a dados difundidos por Itália, através do seu Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nazionale di Statistica – ISTAT), o número de residentes cabo-verdianos neste país decaiu para perto dos 4000, no ano de referência supramencionado. Dos 3920 cabo-verdianos com autorização de residência em Itália no ano de 1998, 3272 são do sexo feminino, ou seja, 83,5% destes (Cabo Verde está entre os 50 países com mais mulheres «imigrantes» a residir em Itália, ocupando o 34.º lugar).

muito grande e bairros inteiros que lembram muito de perto a organização do território das vilas em Cabo Verde. Os informantes, que vivem à volta da Brown University e da comunidade portuguesa nesta universidade, são estudantes e trabalhadores no *campus*. É uma estudante de 21 anos que me leva a conhecer um bairro nesta cidade que é Pawtucket.¹¹

Quando se observam dados mais recentes, constata-se que houve um aumento do número de cidadãos cabo-verdianos em Itália, ultrapassando os 4100 no ano de 2000. A partir desse ano verifica-se um progressivo decréscimo, atingindo os 3811 habitantes em 2003. Dados de 2003, igualmente disponibilizados pelo ISTAT, apontam para que em 31 de Dezembro desse ano residissem em Itália 3580 indivíduos originários de Cabo Verde, dos quais 2610 do sexo feminino e 970 do sexo masculino, respectivamente, 73% e 27%. No que concerne ao local de residência deste contingente estrangeiro, verifica-se que na região de Roma podem encontrar-se 41% dos cabo-verdianos que escolhem Itália como país de destino. Em 2003, a cidade de Roma conta no seu seio com 1249 provenientes de Cabo Verde, dos quais 923 são mulheres e apenas 326 homens. Segundo os dados apresentados por César Augusto Monteiro na obra *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica, o Caso da Itália*, respeitantes ao ano de 1995 (Monteiro 1997, 354), o escalão etário mais representativo entre os «imigrantes» cabo-verdianos é o dos 19 aos 40 anos de idade, ou seja, 3/4 destes «imigrantes» são jovens adultos e adultos em idade profissionalmente activa. Dos 75% considerados neste grupo etário, 64,4% são indivíduos do género feminino, denotando-se uma clara maioria de «imigrantes» deste sexo na sociedade italiana.

¹¹ No século XIX e inícios do século XX, a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América era composta essencialmente por cidadãos de baixa condição socioeconómica, que abandonavam as ilhas em busca de uma melhor situação neste país de destino. Contudo, em 1922, os EUA adoptaram medidas bastante restritivas relativamente à imigração, reflectindo-se numa acentuada redução de população cabo-verdiana a entrar no território norte-americano, designadamente, na redução de cerca de 1500 entradas por ano para um número insignificante. 1966 é o ano de inflexão destas leis restritivas da imigração e a partir deste momento a entrada de cidadãos oriundos de Cabo Verde começa a fazer-se a um ritmo acelerado (Almeida, s. d.)

Segundo dados do Instituto das Comunidades de Cabo Verde, para o ano de 1998, o número de cabo-verdianos a residir nos Estados Unidos da América varia entre os 264 900 e os 300 000, constatando-se que mesmo uma instituição governamental não garante uma total congruência relativamente aos valores apresentados.

Vale a pena descrever com mais pormenor o bairro onde, ao longo de todo o período de pesquisa, foi realizada a maior parte das entrevistas com indivíduos originários dos PALOP e com

Considerando o valor mais baixo, observa-se que 180 000, ou seja, 67% residem na cidade de Boston. Providence conta com 30 000, New Bedford com 20 000, Brockton com 15 000 e Pawtucket com 10 000 cidadãos cabo-verdianos, para citar as cidades mais povoadas por estes «imigrantes». As ilhas de onde provêm são: Fogo, Brava, Santo Antão e São Nicolau (Instituto das Comunidades 1998).

A recorrência a fontes estatísticas do país de acolhimento é igualmente uma importante modalidade de caracterização da população imigrada, e satisfaz o objectivo de comparação entre os números de emigrantes, declarados pelo país de origem, e os números que o Estado de destino difunde.

Nos Estados Unidos da América, o US Census Bureau divulga um vasto conjunto de dados relativos à população, sendo que os mais recentes são provenientes do recenseamento demográfico datado de 2000.

As características demográficas e sociais da população nascida em Cabo Verde, a residir nos Estados Unidos à data de aplicação do *Census*, apontam para uma população total de 26 605 (Censo EUA, 2000). Ora, perante estes dados e aqueles apresentados pelo Instituto das Comunidades de Cabo Verde, vislumbra-se uma acentuada discrepância de valores, ou seja, segundo esta entidade o número de cabo-verdianos a residir nos Estados Unidos é dez vezes superior àquele que surge retratado no recenseamento deste país de acolhimento (264 900 contra 26 605, respectivamente).

Desta população de 26 605 habitantes de origem cabo-verdiana nos Estados Unidos da América, 13 810 são mulheres e 12 795 do sexo oposto. No que respeita às idades, verifica-se que 40,5% têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

Ainda segundo o *Census 2000*, pode verificar-se que 11 625 dos indivíduos oriundos de Cabo Verde se naturalizaram norte-americanos, porém, 14 980 (56,3%) mantiveram a sua nacionalidade.

Atendendo aos valores totais da imigração neste país de destino, as estatísticas de Cabo Verde apontam para um valor de migrantes acima dos 260 000 e a informação do censo americano aponta para somente 26 000 habitantes oriundos deste país africano.

A discordância entre valores apresentados por diferentes instituições é um fenómeno comumente verificado, ainda mais quando os países se encontram em eixos opostos nos processos de migrações, ou seja, quando se é receptor ou quando se é emissor de população migrante. Contudo, os dados apresentados revelam um hiato excessivo, entre os valores dados na origem e os de destino, tornando-se a explicação mais problemática.

observadores privilegiados, elementos fundamentais na adaptação do questionário ao contexto português.

É enquadrado num contexto de precarização das condições de vida dos seus habitantes que importa fazer referência ao bairro do Alto da Cova da Moura, onde o crescimento do próprio bairro é proporcional ao crescimento da imigração para a capital. Sem meios de subsistência suficientes e sem políticas de integração e habitação concretas, este é um dos bairros onde proliferam, fora dos limites da capital, os alojamentos precários, construídos sem autorização, em terrenos de índole pública ou privada.

O bairro surgiu por volta dos anos 60, mas é a partir de 1974 que ganha um incremento inédito; entre 1971 e 1980 foram construídos 63% do edificado deste bairro, essencialmente por parte dos repatriados portugueses e africanos vindos das ex-colónias (Raposo 2001, 64). Os indivíduos de origem cabo-verdiana começaram a acomodar-se neste bairro clandestino às portas de Lisboa, criando uma comunidade que facilitasse a integração, e

Os dados americanos contemplam informação sobre a população cabo-verdiana a residir na sua área geográfica e referem-se a cidadãos com naturalidade cabo-verdiana, ou seja, nascidos em Cabo Verde. Deste modo, uma das eventuais explicações para a apresentação de um menor número de habitantes cabo-verdianos poderá residir no facto de excluir aqueles que, conservando a nacionalidade cabo-verdiana, nasceram já em território norte-americano, como sejam os cabo-verdianos de 2.^a ou 3.^a gerações.

«Para a maioria dos líderes comunitários, estes números estão aquém da realidade já que, como é sabido, muitos indocumentados não se fizeram contra temendo que a revelação de dados pessoais pudesse chegar às mãos dos serviços de Imigração. Outros tantos, já naturalizados, preferiram identificar-se como americanos para além daqueles que preferem continuar com a cidadania portuguesa. Nota-se ainda que há um grande número de cabo-verdianos americanos que, embora nascidos na América, continuam a ser portadores de identidade cabo-verdiana. Resta saber é se se apresentaram aos recenseadores como originários de Cabo Verde» (VisãoNews.Com – 27/8/2002, «Cabo-verdianos nos EUA não chegam a 100 mil segundo Census 2000»). Os dados estatísticos divulgados pelos Estados Unidos, acedidos via internet, não permitem descortinar a cifra exacta de população cabo-verdiana a escolher este país como local de acolhimento.

onde podiam mais facilmente reproduzir a vida cultural e o ambiente físico que tinham na terra natal. Vivendo em bairros onde estavam em maioria, podiam superar a insegurança ontológica, advinda da permanência numa sociedade diferente da de origem.

Há autores que destacam que a maioria dos primeiros indivíduos oriundos de Cabo Verde não sabia falar ou percebia mal a língua portuguesa. Uma vez que a língua portuguesa constitui a língua oficial de Cabo Verde, esta questão talvez indique a baixa escolaridade dos primeiros «imigrantes». Tal possibilidade está também presente nas suas palavras:

«Os cabo-verdianos que imigravam para Portugal tinham habilitações literárias baixas e eram trabalhadores agrícolas desqualificados que vinham do interior rural, especialmente da ilha de Santiago. Os imigrantes mais letrados e com mais qualificações dirigiam-se para outros países europeus mais desenvolvidos que Portugal, onde encontravam melhores empregos e auferiam salários mais elevados» (Raposo 2001, 132).

Situado no concelho da Amadora, contíguo a Lisboa, o bairro espraia-se por uma área de aproximadamente 16,3 hectares, sendo ladeado a norte por edifícios de urbanizações da Buraca e da Damaia, e a sul pela muito concorrida artéria IC19. Administrativamente, o bairro é tutelado por duas juntas de freguesia distintas, a Junta de Freguesia da Buraca e a Junta de Freguesia da Damaia, estando a grande maioria da população registada na primeira. Em termos quantitativos, o concelho da Amadora apresenta-se como um dos locais onde se concentra um maior número de indivíduos originários de Cabo Verde em todo o continente europeu. Estimativas avançam um número de 30 000 «imigrantes» a habitarem no referido concelho (*idem*, 34).¹²

¹² Actualmente, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes ao ano de 2003, residem legalmente em Portugal um total de 53 858 cabo-verdianos, dos quais 36 216, ou seja, 45,4%, habitam no distrito de Lisboa.

Relativamente ao Bairro da Cova da Moura, o número total de habitantes ronda os 6000, sendo que, destes, dependendo da fonte a que se atenda, 60 a 75% são indivíduos de origem cabo-verdiana, ou seja, cerca de 3600 a 4500 pessoas (*idem*, 47; Carvalho 2003, 38). As entrevistas realizadas aos dirigentes associativos durante o trabalho de campo indicam que no bairro habitam igualmente portugueses (essencialmente originários do Norte e Centro do país, assim como repatriados das ex-colónias), havendo núcleos mais reduzidos de guineenses, são-tomenses, angolanos, brasileiros e, mais recentemente, imigrantes de países do Leste europeu.

Uma análise sociodemográfica da população do bairro da Cova da Moura permite constatar a extrema juventude populacional do bairro, onde 43% da população tem uma idade inferior a 25 anos (Raposo 2001, 57). Relativamente à escolarização, pode sublinhar-se que aproximadamente 25% dos habitantes do bairro não possuem o 1.º ciclo de escolaridade completo, enquanto, no pólo oposto, podemos observar que somente 1% dos residentes na Cova da Moura completou o nível de ensino mais elevado, o superior. Acrescenta-se uma percentagem de 8,5 de analfabetos no bairro (*idem*, 58) A estrutura socioprofissional da população da Cova da Moura, segundo os Censos de 2001, apontava para que 51% da população deste bairro fosse constituída por não activos. Este facto está em estreita ligação com a juvenildade da população do bairro.

Relativamente aos activos, maioritariamente, os homens trabalham no sector da construção civil e as mulheres nos serviços domésticos e de limpeza, enquanto a taxa de desemprego apontava para os 8 pontos percentuais, em 2003 (Carvalho 2003, 27).

Em relação à estrutura profissional, constata-se que existe no bairro uma vasta rede de estabelecimentos comerciais (cerca de 153 estabelecimentos), que possibilitam tornar o bairro quase auto-suficiente (Carvalho 2003, 38-41). De entre os negócios, proliferam, com grande êxito, os cabeleireiros e os restaurantes do bairro com os sabores da cozinha africana.

Na Cova da Moura também existem instituições de apoio social e cultural como a Associação Cultural o Moinho da Juventude, um clube desportivo, a Associação de Moradores – que, no seu conjunto, formam a Comissão do Bairro – e a Paróquia da Buraca. A Comissão de Bairro tem levado a cabo um persistente trabalho de pressão junto das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal no sentido de conseguir a melhoria das infra-estruturas necessárias no bairro, como água, esgotos, electricidade, arruamentos, etc.

Importa sublinhar que o facto de o bairro da Cova da Moura ser de génese clandestina não significa que ele seja um bairro de barracas, uma vez que as condições de habitabilidade do bairro não se coadunam com esta designação: 99,9% das habitações têm electricidade e esgotos, 98,7% têm água canalizada, 97,8% têm banho e 94,4% têm sanitários.

O bairro da Cova da Moura, no qual foi efectuado o maior número das entrevistas, é um dos lugares mais estudados e investigados nos trabalhos académicos sobre a imigração e as questões de multiculturalidade, e um dos mais recorrentes nos discursos e nas notícias da comunicação social. A «fama» negativa do bairro, como lugar de conflitos, violência e marginalidade, corresponde na verdade apenas a um aspecto da realidade; infelizmente a mais conhecida, porque exasperada pelos meios de comunicação social, mais preocupados, a maioria das vezes, com o sensacionalismo do que com a realidade dos factos. Mas a comunicação social não é a única culpada da construção da marginalidade ligada aos imigrantes – neste caso – cabo-verdianos em Portugal. No bairro, de facto, existem situações de criminalidade e de violência ligadas ao comércio de droga, mas isto não quer dizer que estejamos perante um bairro de barracas e de condições de vida «infra-humanas», como descreveu uma estudiosa académica – que, evidentemente, nunca o tinha visitado – na comunicação de um encontro científico internacional. Esta recente declaração, supostamente «informada», mostra a necessidade da reflexão metodológica nos estudos sobre migrações assim como põe em evidên-

cia o estatuto de poder do investigador e as questões éticas que lhe estão subjacentes.

Do outro lado da estação do comboio que serve a Buraca, está o outro bairro onde foram, também, realizadas entrevistas, o Bairro 6 de Maio.

À semelhança do Bairro da Cova da Moura, o Bairro 6 de Maio fica adstrito ao concelho da Amadora, pertencendo, contudo, a uma freguesia diferente. Com efeito, o bairro localiza-se nos 120 hectares que compõem a freguesia da Venda Nova. Com 1,26 km² de área e 11 334 habitantes (2001), a freguesia foi criada em 12 de Julho de 1997, por desanexação da então freguesia da Falagueira-Venda Nova, que foi renomeada Falagueira. Dados de 1993, apontam para um número de residentes na ordem dos 1179. No que concerne à estrutura física do bairro, pode acrescentar-se que, igualmente segundo dados do ano de 2003, existiam 268 barracas e que «a análise habitacional refere o tipo de propriedade como clandestino: 86,5% são barracas em alvenaria e 9,5% são casas consideradas moradias. Estas na sua maioria estão inacabadas e são também clandestinas. Existem ainda barracas alugadas ilegalmente e quartos igualmente alugados a imigrantes, sem o mínimo de condições. O saneamento básico é insuficiente, há famílias ainda sem luz, sem água e sem esgotos» (Centro Social do Bairro 6 de Maio, Plano de Actividades 2002-2003, 10).

Relativamente ao edificado, o bairro prima por um caos urbanístico bem patente nas palavras de um habitante: «Aquilo é um autêntico labirinto de ruas e becos. Há sítios tão estreitos que uma pessoa até tem que se virar de lado para conseguir passar» (Anónimo entrevistado pelo *Diário de Notícias* a 26 de Março de 2005). A nível da caracterização sociodemográfica da população do Bairro 6 de Maio, pode sublinhar-se que esta é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, sendo que a nível etário se acrescenta que o escalão dos 0 aos 13 é maioritário, havendo igualmente um número elevado de moradores com idades entre os

25 e os 44 anos (Centro Social do Bairro 6 de Maio, Plano de Actividades 2002-2003, 9). O mesmo documento informa que «o grupo étnico dominante, neste bairro das imediações de Lisboa, é o negro africano, contabilizando 92% do total dos moradores, com 4,1% e 3,9% surgem, nomeadamente, os indivíduos de brancos e os mestiços». No que toca à nacionalidade, os valores avançados apontam para que a mais representada seja a portuguesa, seguida de 41,5% de imigrantes com origem cabo-verdiana.

As associações na aproximação aos imigrantes

É consensual que o estatuto e o poder do investigador mude, conforme o contacto com as pessoas seja efectuado de maneira directa ou filtrado por uma associação. No Bairro da Cova da Moura, assim como no Bairro 6 de Maio, o papel das associações foi fundamental, por «entrar» nos bairros, e tem contribuído para criar uma atmosfera de confiança, por parte das pessoas que aí vivem e trabalham, que reconhecem, de imediato, ao investigador uma categoria e uma função. Foi este reconhecimento que, nos dois bairros, tornou possível a técnica de observação que implica o simples passear pelo bairro, sem nenhum objectivo preestabelecido (Long 2000). Isso inclui «ir atrás das pessoas», «ir atrás da metáfora» «ir atrás do enredo ou da história» e «ir atrás do conflito» (*idem* 1992, 106-110). O filtro das associações assumiu-se como verdadeiramente indispensável por tornar possíveis entrevistas que foram realizadas em 2004, para o projecto «Heirat: Marriage as immigration gate»¹³ – à volta de um tema sensível quanto às suas

¹³ As entrevistas foram realizadas no âmbito do projecto «Heirat», que envolve os 15 países-membros da União Europeia anteriores ao alargamento. O projecto, financiado pelo programa Daphne da Comissão Europeia, é coordenado pelo Berlin Institute for Comparative Social Research, membro do EMZ (European

implicações com as condições de legalidade dos casamentos «com o passaporte» (Grassi 2006) –, assim como pela realização das entrevistas exploratórias sobre tráfico de mulheres e crianças, que foram realizadas, em 2006, no contexto da identificação de um projecto sobre o tema relativo a actividades criminais.

Quando a informação é filtrada pelas associações, torna-se necessário adaptar a maneira de fazer observação directa, e ter em conta que, a maioria das vezes, as associações são elas mesmas promotoras de etnicidade e de transnacionalidade, em múltiplas formas. No Bairro da Cova da Moura, o papel das organizações é muito significativo na réplica ou na reinvenção da tradição, e as associações acabam por desempenhar um papel muito importante. Ao mesmo tempo, há que ter em conta o risco da recriação de conflitos de carácter social, no interior das associações, como aquelas situações relacionadas com as condições de trabalho que, muitas vezes, acabam por reproduzir exploração (trabalho voluntário e ocasional e estágios que não garantem continuidade aos projectos e actividades com prejuízo dos associados).

Têm emergido diferenças, no papel desempenhado pelas associações no apoio à integração dos imigrantes, em Portugal e em Roma, que se prendem sobretudo com os objectivos e os projectos que desenvolvem. Em Roma, a Igreja Católica tem uma função fundamental na promoção do associativismo (Monteiro 1997; Andall 1999), que não tem em Portugal com o mesmo protagonismo.

É também importante realçar a função de aproximação muito parcelar à comunidade, que as associações fornecem, em particular, por meio dos eventos mais significativos, ligados maiorita-

Migration Centre) e pelo EUROFOR (European Research Forum on Migration and Cultural Diversity). O caso português, coordenado pela Dr.ª Giovanna Campani da Universidade de Florença, responsável pelo Relatório Final das duas primeiras fases publicado em Janeiro de 2005 (cf. Salimbeni 2005), foi elaborado a partir das entrevistas referidas organizadas com o apoio dos informantes do projecto «Cabo Verde pelo Mundo», na altura na fase do trabalho de campo.

riamente a festas tradicionais ou religiosas, do país de origem. Estas ocasiões são preciosas para conseguir falar com um grande número de pessoas.

Em Roma, por exemplo, foram o contacto com a associação das mulheres cabo-verdianas e a disponibilidade da sua presidente que tornaram possível a realização das entrevistas, uma vez que a comunidade cabo-verdiana está dispersa pela cidade (Monteiro 1997; Andall 1999; Évora 2007a; Grassi, 2007, 37-41). Não existem propriamente bairros de «cabo-verdianos», o que não quer dizer que não existam associações e locais de encontro e socialização regulares de emigrantes cabo-verdianos.

Os bairros da Grande Lisboa, onde se desenvolveu o trabalho de campo, embora pertençam ao mesmo concelho geográfico, apresentam dinâmicas de socialização que mudam em função da estrutura do bairro. No caso do Bairro da Cova da Moura, os residentes revelam uma identidade de pertença ao espaço do bairro, e à vida que nele se desenrola, que facilita a compreensão das dinâmicas sociais. O mesmo não acontece no Bairro 6 de Maio, pela sua composição de barracas, de ruas apertadas e labirínticas. Um café ao longo da estrada, e cujas traseiras já ficam dentro do bairro, torna-se um dos poucos espaços de socialização comum. Aqui, o contacto com os imigrantes e as entrevistas foram realizados por intermédio do Centro Social do Bairro 6 de Maio, onde funciona uma creche e um gabinete de apoio social e jurídico, para a população aí residente. Se no Bairro da Cova da Moura foi possível entrar nas casas dos residentes e fazer as entrevistas anteriormente marcadas e sem limites de tempo, no Bairro 6 de Maio as conversas informais realizaram-se no café, na creche e numa loja especializada em transporte para Cabo Verde, onde o proprietário, português, casado com uma cabo-verdiana, se disponibilizou a falar sobre o comércio informal com Cabo Verde. Pela fama negativa do Bairro 6 de Maio, em termos de comércio ilegais, as pessoas têm medo de falar e mostram muita desconfiança, o que dificulta a interacção.

Os cabo-verdianos da diáspora mostram, de forma transversal aos contextos de acolhimento, um alto grau de associativismo (Lesourd 1995, 129; Cahen 1995, 74; Andrade Silva 1995, 317) que parece assumir o grau mais alto nos Estados Unidos, mas que tem uma muito alta expressão em Portugal. A sua função na apropriação da tradição imaginada e na recriação de um diálogo entre terra de origem e cidade de acolhimento, contudo, não esgota a natureza complexa da terra de origem. Torna-se patente a necessidade de, nos estudos sobre diásporas, conhecer o país de origem dos imigrantes, como forma de questionar o etnocentrismo inibidor de uma análise imparcial, que aparece quase como um mecanismo de defesa dos valores culturais e da própria identidade, em particular quando o investigador trabalha em contextos que lhe são ligados afectivamente e/ou culturalmente.

Fluxos migratórios de origem cabo-verdiana em Portugal¹⁴

A integração laboral dos imigrantes na sociedade portuguesa, e a divisão internacional do trabalho a contar com os fluxos migratórios, é uma dimensão que tem sofrido mudanças recentes. Uma das mais relevantes tem a ver com o facto de Portugal ter deixado de ser apenas um país emissor de emigrantes, para passar, também, nos últimos anos, a país de acolhimento, embora as estatísticas oficiais revelem um saldo migratório ainda negativo.

A comunidade cabo-verdiana é, em termos numéricos, a maior comunidade imigrante das ex-colónias portuguesas. A imigração para Portugal dos países africanos de língua portuguesa, após a fase associada ao processo de descolonização dos antigos territó-

¹⁴ A informação deste capítulo foi elaborada a partir daquela publicada em Grassi (2007a, 31-45).

rios coloniais, caracteriza-se, a partir dos anos 80 do século XX, «pela procura crescente em sectores intensivos de mão-de-obra, com baixos salários e elevado grau de informalização» (Fonseca 2003, 6). De um ponto de vista da inserção profissional dos imigrantes em Portugal, a mesma autora distingue, naquela década, quatro categorias de imigrantes, atribuindo aos indivíduos africanos de origem subsariana uma categoria constituída por «cidadãos das ex-colónias africanas, que exercem actividades com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, com salários reduzidos e socialmente desvalorizadas, como sejam a construção civil, no caso dos homens, e os serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres» (*idem*, 7). É a partir dos anos 90 que, de acordo com esta autora, a imigração para Portugal sofre mudanças importantes, quer pela diversificação dos países de origem dos imigrantes, quer, no caso dos imigrantes oriundos dos PALOP, «pela substituição do seu processo migratório tradicional [...] suportado por estratégias de organização em redes sociais, familiares e de amigos, por um sistema organizado por redes ilegais e tráfico de mão-de-obra» (*ibidem*).

A afirmação desta autora descreve de forma clara a tendência para responsabilizar os imigrantes de origem africana pelas tensões provocadas pelo recente aumento da imigração em Portugal. Dada a falta de estudos académicos sobre a ligação entre criminalidade e imigração africana oriunda dos PALOP em Portugal, talvez seja mais prudente não apontar as causas da criminalidade a características específicas dos indivíduos ou de uma comunidade, e reforçar os estudos sobre as questões da exclusão social e das formas de integração na sociedade de acolhimento dos imigrantes, seja qual for o país de origem. Aliás, como a mesma autora e no mesmo artigo sublinha, na página 23, as redes ilegais de contratação de mão-de-obra seriam típicas do mesmo processo migratório de outras comunidades de imigração mais recente, como os imigrantes dos países leste-europeus.

Quanto à imigração oriunda de Cabo Verde, já na década de 60 se havia verificado uma forte fixação de cabo-verdianos em

Portugal, ligada sobretudo à entrada de homens cabo-verdianos que chegavam com o objectivo de suprimir carências de mão-de-obra masculina (essencialmente nas actividades de construção e obras públicas que se encontravam em expansão), decorrentes do próprio processo de emigração português (Furtado, http://www.geocities.com/pipeline/valey/4926/imig_cv.html). Estes eram sobretudo homens solteiros, ou que haviam deixado as suas famílias em Cabo Verde.

Observa-se que se tem verificado, até aos dias de hoje, um aumento significativo do contingente de cabo-verdianos a escolher Portugal como país de acolhimento, todavia, o apuramento total do número de cidadãos cabo-verdianos, a residir em território nacional, permanece problemático, devido sobretudo à complexidade e à multiplicidade de situações em que os cabo-verdianos se encontram em Portugal. Esta questão remete para condições específicas de atribuição de nacionalidade num contexto que liga Portugal, como país ex-colonizador, às suas ex-colónias. A revisão à Lei da Nacionalidade de 1959, operada em 1975, ilustra este mesmo facto, ao facilitar a aquisição de nacionalidade portuguesa à maioria dos cidadãos africanos que se encontravam já a residir no país.

Outro fenómeno a coadjuvar a falta de abrangência dos dados prende-se com dificuldades efectivas no controlo de entrada de cidadãos de países terceiros, criando bolsas de imigrantes em situação ilegal, que acabam por não ser contabilizados nas estatísticas oficiais. Destaca-se, neste âmbito, o elevado número de imigrantes clandestinos que acorreu às possibilidades de legalização extraordinárias abertas pelo Estado português em 1992 (com 6778 pedidos de regularização interpostos por cabo-verdianos, ou seja, 17,3%, superados apenas por angolanos e guineenses), 1996 (os cabo-verdianos apresentaram 6872 requerimentos de regularização, tendo apenas os angolanos suplantado este valor) e 2001 (SOS Racismo 2002, 158-170). É de realçar que no processo de 1996 a primeira análise permitiu a aceitação de 88% de pedidos de regularização (face a 12% de rejeições) que depois da

apreciação dos recursos instaurados ascendeu a 94% dos requerimentos. Neste processo, 82% dos indivíduos beneficiados com atribuição de título de residência eram de países lusófonos, em particular, de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

No que concerne ao número de imigrantes a residir legalmente em Portugal, denota-se uma certa dissonância entre o somatório veiculado pelo país de origem e aquele difundido pelo país de acolhimento. De acordo com Luís Batalha (2004, 137), os números apontados pelas instâncias cabo-verdianas são geralmente mais elevados do que aqueles que as autoridades portuguesas divulgam, dependendo esta variação de interesses políticos específicos a cada um dos pólos desta relação, ou seja, o país de acolhimento estaria interessado em minimizar o número de indocumentados no seu território, ao passo que o interesse de Cabo Verde reside na exponenciação deste valor, como forma de pressão, sobre as autoridades portuguesas, para agilizarem o processo de legalização dos cidadãos em situação ilegal.

Os dados divulgados pelas autoridades cabo-verdianas apontam para que o número de cidadãos, oriundos deste arquipélago, a residir em Portugal, ultrapasse os 100 000 indivíduos, apontando Santiago, São Vicente e Santo Antão como as principais ilhas de origem daqueles que partem em direcção a Portugal. Em território nacional, a distribuição desta população, de acordo com o Instituto das Comunidades de Cabo Verde, vê a cidade de Lisboa como aquela que maior poder de atracção exerce sobre os imigrantes oriundos de Cabo Verde, uma vez que 68,2% da população cabo-verdiana, a residir em território nacional, se encontra na capital, destacando-se o concelho da Amadora com 20,2% (Gomes 1999, 61). A segunda cidade mais povoada é Setúbal, albergando quase 20% desta população imigrada (Instituto das Comunidades 2001).

É mais uma vez detectada a incongruência entre os dados estatísticos fornecidos na origem e no destino das populações migrantes, ou seja, os valores de migrantes contabilizados no país de origem estão sobrerrepresentados face àqueles divulgados no

país de acolhimento. Deste modo, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) português, em 2003 o número de população estrangeira oriunda de Cabo Verde a residir legalmente em Portugal era de 53 563 cidadãos (SEF 2003), dos quais 56% (30 173) homens e 44% (23 390) mulheres.

Os valores da imigração cabo-verdiana em Portugal, que o Instituto Cabo-Verdiano apresenta, são cerca do dobro daqueles que o SEF divulga, 105 342 e 53 563, respectivamente. No entanto, os dados deste último organismo dizem apenas respeito aos cabo-verdianos que residiam legalmente em Portugal em 2003.

Assim sendo, este diferencial de valor poderá apontar para o número de cabo-verdianos a residir ilegalmente em Portugal, neste caso, perto do dobro daqueles que estão legais. Contudo, parece que esta duplicação do número de imigrantes, ilegais face aos legais, acusa um desfazamento excessivo, para poder ser explicada somente pelo fenómeno de entrada ilegal de cidadãos, dando evidência a questões relacionadas com a multiplicidade de situações a que a população cabo-verdiana está sujeita, ou seja: «este panorama permite, de certo modo, compreender a dificuldade das fontes estatísticas oficiais captarem com o devido rigor a população imigrada. Dificuldade ainda acrescida se considerarmos o universo de referência que constitui o objectivo deste estudo – caboverdeanos residentes, portugueses de naturalidade caboverdeana, portugueses nascidos em Portugal de pais e avós caboverdeanos (2.^a ou 3.^a geração), caboverdeanos com outras nacionalidades (designadamente outros PALOP)» (Gomes 1999, 52).

Fluxos migratórios de origem angolana em Portugal

Os fluxos de origem angolana para Lisboa são objecto de análise no âmbito de um projecto recente que utiliza e adapta um

questionário, semelhante ao aplicado aos jovens de origem cabo-verdiana. O projecto, «Angola em Movimento: Sociabilidades e Trocas Económicas Informais» (POCI/AFR/59446/2004), está a decorrer no ICS-UL e tem o objectivo de estudar o movimento de pessoas e mercadorias que a partir de Angola perpassam fronteiras regionais e identitárias dos que o protagonizam. O contexto português como lugar de chegada de jovens de origem angolana foi escolhido como um dos quatro terrenos, por permitir uma análise transnacional das dinâmicas observadas e por se prestar, em termos comparativos, com a comunidade de origem cabo-verdiana, a aprofundar o estudo sobre a integração de jovens de origem africana oriundos das ex-colónias portuguesas em Portugal. É assim que esta oportunidade de comparação à volta da questão da integração social dá origem ao projecto «Capital Social e Jovens Originários dos PALOP em Portugal».

Os fluxos migratórios entre Angola e Portugal têm sido historicamente muito importantes e, a partir do século XVI, processam-se de múltiplas formas. A descolonização – tardia em relação às outras potências coloniais em África – produziu, nos anos 70 do século XX, o fenómeno dos «retornados», com a consequente dificuldade na caracterização estatística, dada a dimensão do fenómeno e suas consequências no tempo em termos de reagrupamento familiar.

Persiste uma total ausência de dados angolanos sobre as tendências migratórias pós-coloniais entre os dois países. Pode contudo afirmar-se que o momento actual se caracteriza pelo fluxo de emigração de Portugal para Angola, país que, de acordo com um estudo da Delegação Portuguesa da Obra Católica das Migrações, é a segunda nação com maior índice de procura (12 000 pessoas em 2006), sendo o Reino Unido o destino de eleição de 15 000 emigrantes portugueses. Os dados do INE atribuem a Espanha o 1.º lugar na escolha do destino da emigração portuguesa, o 2.º lugar ao Reino Unido e o 3.º a Angola. O dado explica-se através das oportunidades de negócios que Angola

oferece no momento actual, devido à reconstrução do país após o fim da guerra.

Quanto aos fluxos migratórios para Portugal, há também ausência de dados do país emissor, e são apenas os dados do INE e do SEF portugueses que esclarecem a dimensão e a evolução da população residente legalmente em Portugal entre 1986 e 2005. Existe uma tendência para o crescimento dos fluxos que reflecte a situação político-militar angolana, em particular a seguir ao insucesso dos acordos de paz (Bicesse em 1991 e Lusaca em 1994).

A partir dos anos 90 do século XX, há um aumento do fluxo de imigração de jovens angolanos para Portugal, devido à persistência da guerra no país, e consequente fuga ao recrutamento obrigatório, e à carência de serviços, para a educação, que caracterizam um país em guerra. Além disso, muitos jovens das classes médias e da elite angolana deslocam-se para o estrangeiro, para as próprias formações universitárias, sendo a língua comum e os antigos laços históricos que ligam os dois países a razão da escolha – a de Portugal como destino – de muitos deles. O movimento migratório processa-se normalmente em redes de solidariedade familiar e étnica nas quais os jovens estão inseridos de acordo com a própria condição socioeconómica. Contudo, as entrevistas exploratórias indicaram que, uma vez chegados a Portugal, os jovens enfrentam dificuldades, quer de integração no mercado de trabalho formal, quer de acesso aos recursos e aos serviços, registando-se ainda um número significativo de estudantes trabalhadores.

De acordo com dados estatísticos portugueses: em 2005, o número de angolanos legalmente residentes em Portugal era de 27 800 (54,1% homens e 45,9% mulheres) (SEF 2005); 61% fazem parte da população activa (INE, 2005); as idades mais representativas situam-se entre 25 e 34 anos sendo os homens os mais representativos em todos os grupos etários entre 0 e 44 anos. Após o 45.º ano, há uma inversão de valores, e as mulheres passam

a ser mais representativas, com valores de 54,3% (45-49 anos de idade) e 70,9% (com mais de 65 anos de idade). O percurso académico dos angolanos que vivem em Portugal indica que 60,4 % têm escolaridade básica, 17,8% possuem frequência ou diploma do secundário, 9,7% sabem ler e escrever sem escolaridade e 8,2% são analfabetos. Só 3,9% possuem um curso superior.

Nos capítulos que se seguem apresentam-se elementos comuns e divergentes a nível da integração de 400 jovens de origem cabo-verdiana e angolana inquiridos por questionário que visa identificar elementos para a medição do capital social no interior das redes em Portugal.